



Perfil Socioeconômico do Município de Rodeio Bonito/RS

Uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local

Rodeio Bonito/RS

Dezembro de 2019

C837 Costa, Nilson Luiz et al.

Perfil Socioeconômico do Município de Rodeio Bonito/RS: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Local / Nilson Luiz Costa, Gabriel Nunes de Oliveira, Claudio Eduardo Ramos Camfield, Enio Giotto, Saionara da Silva, Júlia Laize Bandeira Calgaro. - Palmeira das Missões/RS, 2019.

37 f.

Relatório de Pesquisa (Núcleo de Pesquisas em Economia do Agronegócio NPEA) - - Universidade Federal de Santa Maria, Campus de Palmeira das Missões, 2019.

1. Aceleração Regional. 2. Desenvolvimento Regional. 3. Empreendedorismo. 4. Inovação. 5. Cooperação. I. Costa, Nilson Luiz. II. Oliveira, Gabriel Nunes de. III. Camfield, Claudio Eduardo Ramos. IV. Giotto, Enio. V. Silva, Saionara da. VI. Calgaro, Júlia Laize Bandeira.

CDU 338.1

Todos os direitos reservados por Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.
Av. do Comércio, n.618 – 2º andar – Centro
CEP.: 98360-000 / Rodeio Bonito - RS



Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eugenio Poltronieri (Presidente)
Angelita Marisa Cadoná (Vice-Presidente)
Giovana Giacomolli
Gustavo Pereira Fortes
Jocler Moresco
Leocácio Gallo Paloschi
Sérgio Luiz Triches
Valéria Maria Zanatta Senger
Walmor Liberalesso
Willian Jeferson Bez

CONSELHO FISCAL

Carlos Alberto Pinheiro
Ernilo Arteli Grellmann
Sergio Roberto Basso
Ronaldo Lima dos Santos
Tiago Gadonski
Valdomiro Tomazoni

DIRETORIA EXECUTIVA

Márcio Girardi (Diretor Executivo)
Jaques Samuel dos Santos (Diretor de Operações)
Andre Zanon (Diretor de Negócios)

GERÊNCIAS DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Fernando Buriol (Gerente de Relacionamento)
Irajá Turchetto (Gerente Regional de Desenvolvimento)
Ronaldo Fagundes (Gerente de Ciclo de Crédito)



Universidade Federal de Santa Maria

REITORIA

Paulo Afonso Burmann (Reitor)
Luciano Schuch (Vice-Reitor)

Campus de Palmeira das Missões

Rafael Lazzari (Diretor)
Adriano Lago (Vice-Diretor)

Campus de Frederico Westphalen

Arci Dirceu Wastowski (Diretor)
Igor Senger (Vice-Diretor)

Centro de Ciências Rurais (CCR)

Sandro Luis Petter Medeiros (Diretor)
Toshio Nishijima (Vice-Diretor)

**Programa de Pós-Graduação em
Agronegócios (PPGAGR)**

Nilson Luiz Costa (Coordenador)
João Pedro Velho (Coordenador Substituto)

**FUNDAÇÃO DE APOIO À TECNOLOGIA
E CIÊNCIA - FATEC**

Thomé Lovato (Presidente)
Manoel Renato Teles Badke (Diretor
Financeiro)
Jeferson de Souza Flores (Diretor
Administrativo)

EXECUÇÃO DA PESQUISA

**Núcleo de Pesquisas em Economia do
Agronegócio (NPEA-UFSM)**

Nilson Luiz Costa (Pesquisador)
Gabriel Nunes de Oliveira (Pesquisador)
Enio Giotto (Pesquisador)
Claudio Eduardo Ramos Camfield (Pesquisador)
Saionara da Silva (Bolsista de Mestrado)
Júlia Laize B. Calgaro (Bolsista de Mestrado)

Pesquisa vinculada ao Projeto 6.03.0068
Convênio UFSM/FATEC

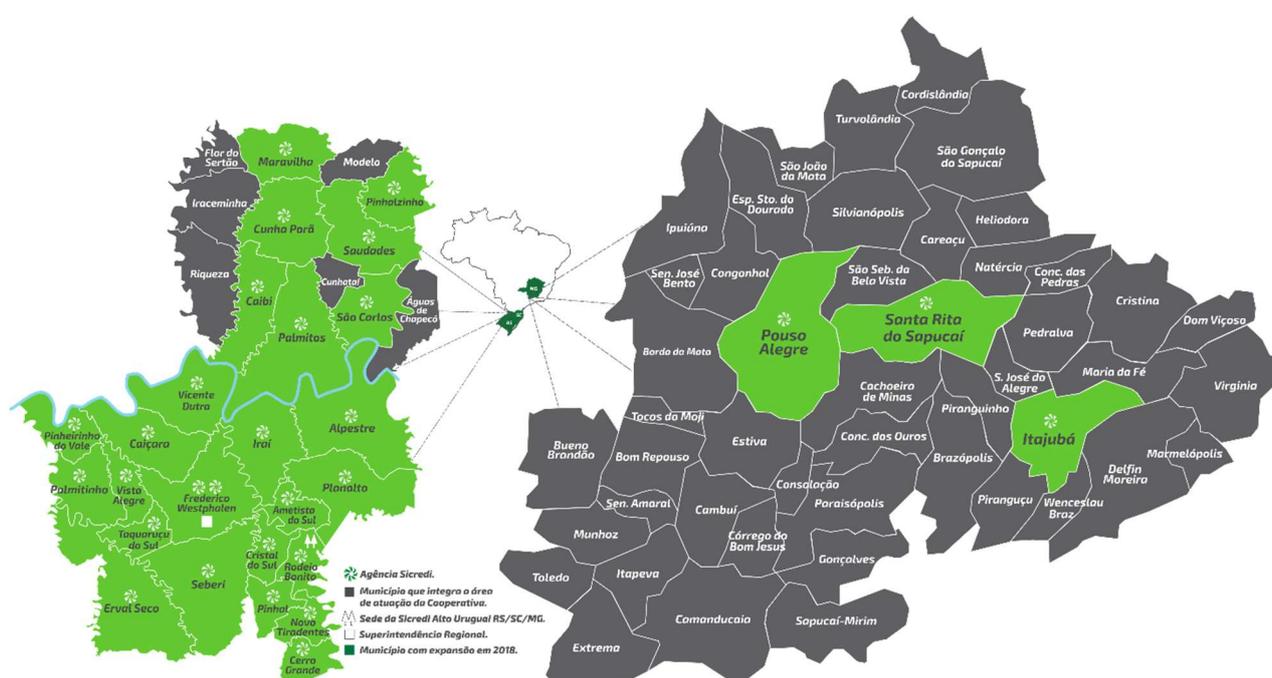
SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE RODEIO BONITO	7
2.1. Caracterização demográfica	7
2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Rodeio Bonito	8
2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial	9
2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho	12
2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária	15
2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento	24
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação	24
2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil	25
2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas.....	26
2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal	27
2.4. Meio ambiente e desenvolvimento	29
3. AÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	32
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

1. INTRODUÇÃO

Buscando contribuir com o desenvolvimento coletivo local e regional, a Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG em parceria com Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desafiaram-se a construir um amplo e detalhado estudo para subsidiar as discussões relativas aos desafios, oportunidades e potencialidades presentes em cada Município da área de atuação da Cooperativa no norte do Rio Grande do Sul e extremo oeste de Santa Catarina.

Figura 1. Área de abrangência da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG



Fonte: Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG.

Esta iniciativa foi construída em cooperação entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e os atores locais e representantes das entidades públicas e privadas, ligadas aos diferentes setores da economia e sociedade e não representa posições próprias das instituições envolvidas e nem políticos partidários. Destaca-se, nesta iniciativa, os conhecimentos compartilhados, a visão de futuro e o espírito gestor e empreendedor de todos os envolvidos.

Para conhecer a realidade e os níveis de desenvolvimento dos diversos municípios, foram utilizados dados primários e secundários. O levantamento de informações primárias foi

realizado através de entrevistas e reuniões com as pessoas e entidades, autoridades, representantes da sociedade civil organizada e lideranças locais de todos os municípios.

As informações secundárias, de caráter econômico, social e ambiental, foram obtidas nas distintas bases de dados governamentais e setoriais, em que se destacam o Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET) da Secretaria do Trabalho do Ministério da Economia e o Cadastro Ambiental Rural do Ministério do Meio Ambiente.

As variáveis quantitativas foram analisadas a partir de técnicas de estatística descritiva e as variáveis qualitativas a partir da técnica qualitativa de análise de conteúdo.

Este capítulo, em especial, apresenta a síntese dos resultados da pesquisa para o município de **Rodeio Bonito/RS** e está dividido em quatro seções. A primeira se constitui desta introdução. Na segunda apresenta-se a análise do perfil socioeconômico do município em questão. Na terceira seção, estão as principais contribuições das pessoas e entidades desta pesquisa. Na quarta seção são apresentadas as considerações finais.

Destaca-se que a leitura deste capítulo contempla um detalhamento das informações municipais analisadas no relatório "Empreender, Inovar e Transformar: uma contribuição para o Planejamento do Desenvolvimento Regional", no qual é apresentado uma reflexão sobre os níveis de desenvolvimento regional na área de atuação da Sicredi Alto Uruguai RS/SC/MG e está disponível no site desta organização (<http://www.sicredialtouruguai.coop.br/site/acceleracao-regional.html>).

2. ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E AMBIENTAL DE RODEIO BONITO/RS

Segundo informações da Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito/RS (2019), o município está situado numa colina entre o rio da Várzea e o Lajeado Rodeio e tem posição geográfica determinada pelas coordenadas de 27°47'05" de latitude sul e 53° 16'88" de longitude oeste, na região no médio alto Uruguai do Estado do Rio Grande do Sul, a uma distância de aproximadamente 432 Km da capital do Estado, Porto Alegre.

A área do município é de 83,25km² e está situado a 361m acima do nível do mar. Limita-se ao norte com Ametista do Sul e Planalto; ao sul com Pinhal e Novo Tiradentes; ao leste com Cristal do Sul; e a oeste com Liberato Salzano.

Comissão Emancipacionista foi instalada em 17 de março de 1962 e trabalhou até 20 de dezembro de 1962, quando foi sancionada a Lei Estadual n.º 4.667, de 20 de dezembro de 1963, assinada pelo então governador Ildo Meneghetti, criando o Município de Rodeio Bonito, o qual foi instalado em 15 de abril de 1964, sendo este o "Dia do Município".

2.1. Caracterização demográfica

Antes da vinda dos primeiros colonizadores já existiam índios da nação dos Coroados e Caingangues no local onde hoje é o município de Rodeio Bonito. A colonização se deu devido ao interesse que os visitantes tinham pela caça e pelas terras férteis da região. Rodeio Bonito iniciou o processo de emancipação em meados de 1962, quando ainda pertencia a Palmeira das Missões – RS, tornando-se oficialmente um município no ano de 1964 (Prefeitura Municipal de Rodeio Bonito/RS, 2019).

No ano de 2019, o IBGE (2019) estima que a população seja de 5.867 habitantes, mas a população verificada no Censo Demográfico de 2010 foi de 5.743 habitantes (Tabela 1).

Tabela 1. População residente, por sexo e local de residência: 2010.

	Masculino		Feminino		Total	
Urbano	2.087	48%	2.223	52%	4.310	75%
Rural	759	53%	674	47%	1.433	25%
Total	2.846	100%	2.897	100%	5.743	100%

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme é possível observar, 75% da população de Rodeio Bonito vive na zona urbana. Quanto a população residente na zona rural, tem-se uma predominância masculina, com 53%, contra uma população feminina de 47%.

Do contingente de 5.743 pessoas, cerca de 20% tem até 14 anos, 23,47% de 15 a 29 anos, 41,88% de 30 a 59 anos e 14,40% de 60 anos ou mais, conforme é possível observar na Tabela 2.

Tabela 2. População residente, por faixa etária: 2010.

Faixa etária	Masculina		Feminina		Total	
	Pessoas	%T	Pessoas	%T	Pessoas	%T
1-14 anos	597	20,98	566	19,54	1.163	20,25
15-29 anos	679	23,86	669	23,09	1.348	23,47
30-59 anos	1.188	41,74	1.217	42,01	2.405	41,88
60 ou mais	382	13,42	445	15,36	827	14,40
Totais	2.846	100,00	2.897	100,00	5.743	100,00

Fonte: IBGE (Censo 2010)

Conforme a Tabela 2, observa-se que mais de 65,35% da população, tanto feminina como masculina, enquadram-se entre 15 e 59 anos, apontando para uma longevidade do potencial de trabalho.

2.2. Apresentação e análise da economia do Município de Rodeio Bonito

Para analisar o perfil econômico do município, foram coletadas séries históricas de variáveis, entre as quais, o Produto Interno Bruto a preços constantes (PIB real¹), o Valor Agregado Bruto dos diferentes setores da economia², o PIB real *per capita*³, a demografia

¹ De acordo com PESSOA (2017), "O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos VABs setoriais e dos impostos, e é a principal medida do tamanho total de uma economia".

² De acordo com PESSOA (2017), o ou Valor Agregado Bruto ou "Valor Adicionado Bruto (VAB) é o valor que cada setor da economia (agropecuária, indústria e serviços) acresce ao valor final de tudo que foi produzido em uma região".

³ Segundo Mankiw (2015), "o PIB real mede a renda total de todas as pessoas na economia, e o PIB per capita mede a renda média".

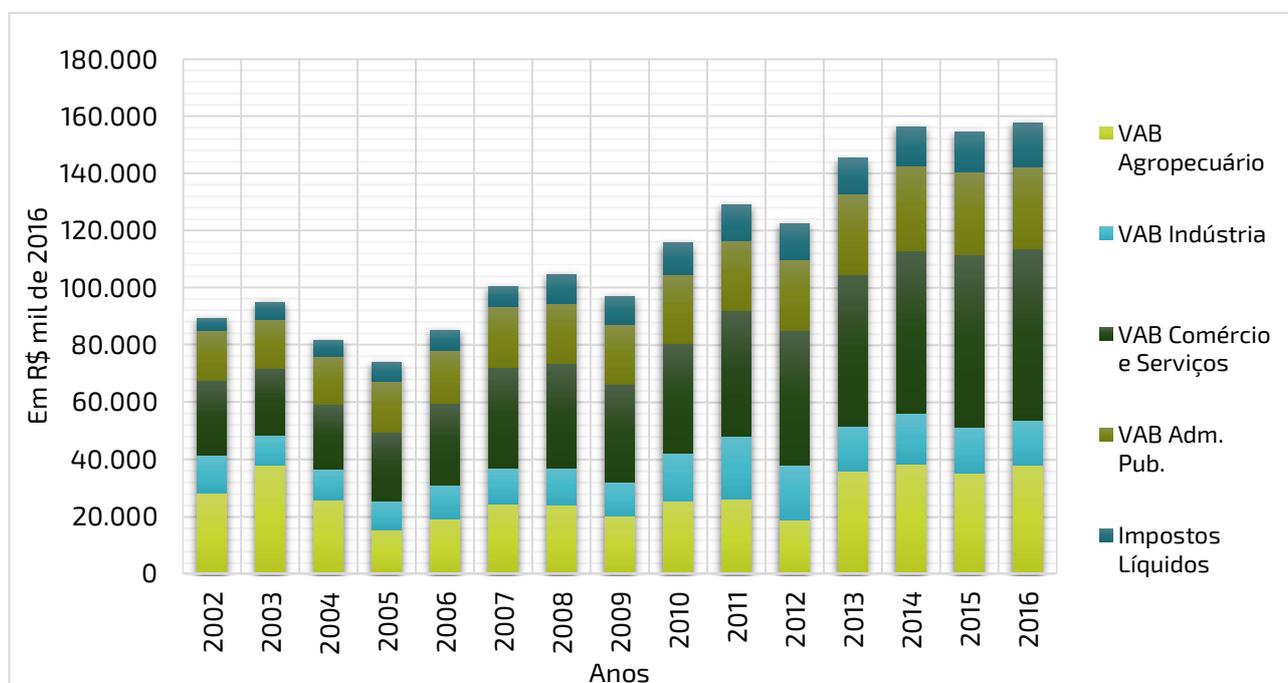
das empresas e organizações do território, a evolução do emprego e a produção agropecuária.

2.2.1. Análise da Evolução do Produto Interno Bruto e da Estrutura Empresarial

Entre os anos de 2002 e 2005, o PIB Real do município de Rodeio Bonito decresceu R\$ 89,3 para R\$ 73,9 milhões. A partir de então, o PIB entrou em trajetória de alta até o ano de 2014, momento em que alcançou R\$ 156,2 milhões. Nos anos seguintes, após recuo em 2016, foi ampliado para R\$ 157,8 milhões.

Entre os setores que mais geram riquezas no município, destacam-se: comércio e serviços (VAB equivalente a R\$ 59,95 milhões); agropecuária (VAB equivalente a R\$ 38 milhões); administração pública (VAB equivalente a R\$ 28,6 milhões) e indústria (VAB equivalente a R\$ 15,8 milhões). O ano de 2005 ficou marco pelo fato de o Valor Agregado Bruto do setor de comércio e serviços ter ultrapassado o do semento agropecuário, até então principal fonte de riquezas do município, conforme é possível observar na Figura 2.

Figura 2. Evolução do valor agregado bruto real (em R\$ Mil 2016) no município: 2002 a 2016

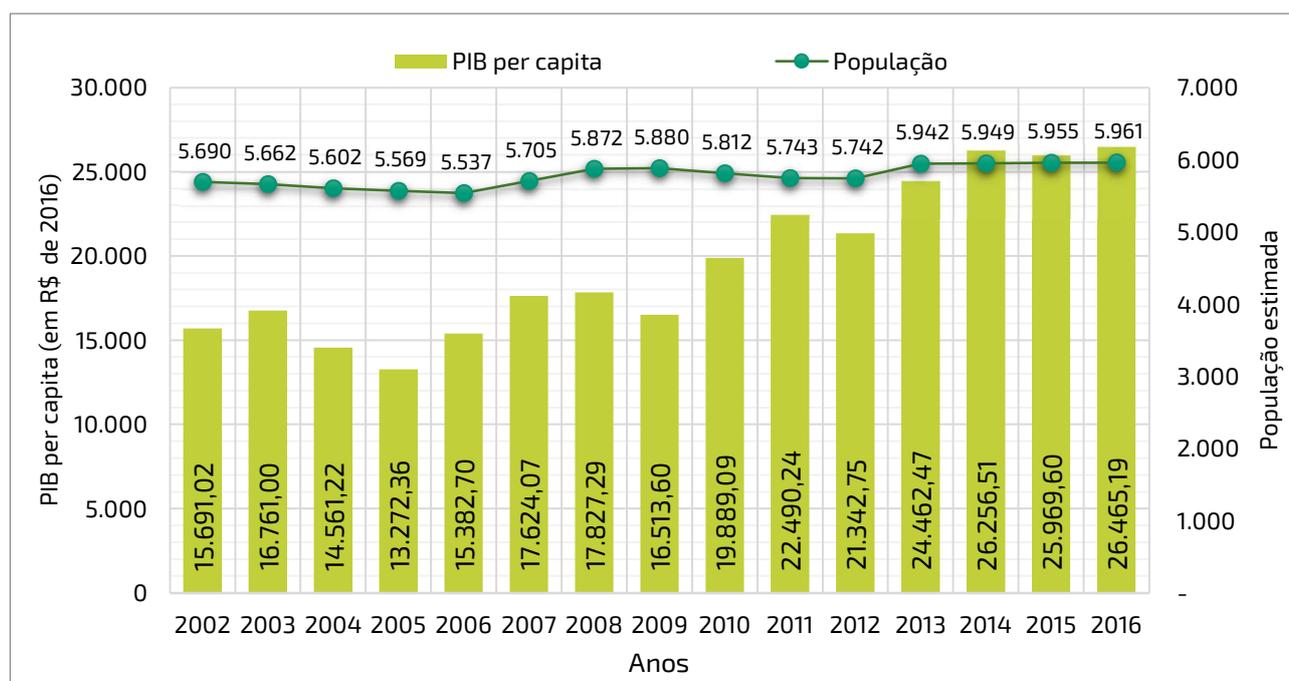


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Ao longo dos últimos 14 anos, a taxa média anual de crescimento do VAB do setor de comércio e serviços foi aproximadamente 6,1%. No mesmo período, os setores de agropecuário e industrial cresceram, respectivamente, 2,2% ao ano e 1,2% ao ano. Por outro lado, os serviços públicos cresceram a uma taxa de 3,6% ao ano e a arrecadação de impostos a 9,4% ao ano.

A evolução do PIB contribuiu para o aumento no PIB *per capita*, que variou de R\$ 15,6 mil para R\$ 26,5 mil (cresceu 76,70%). Este desempenho igualou o PIB *per capita* do município à média da região, mas esta variável ainda se situa abaixo da média do estado do Rio Grande do Sul, que é R\$ 36,31 mil (Figura 3).

Figura 3. Produto interno bruto per capita (em R\$ de 2016) e população estimada do município: 2002 a 2016



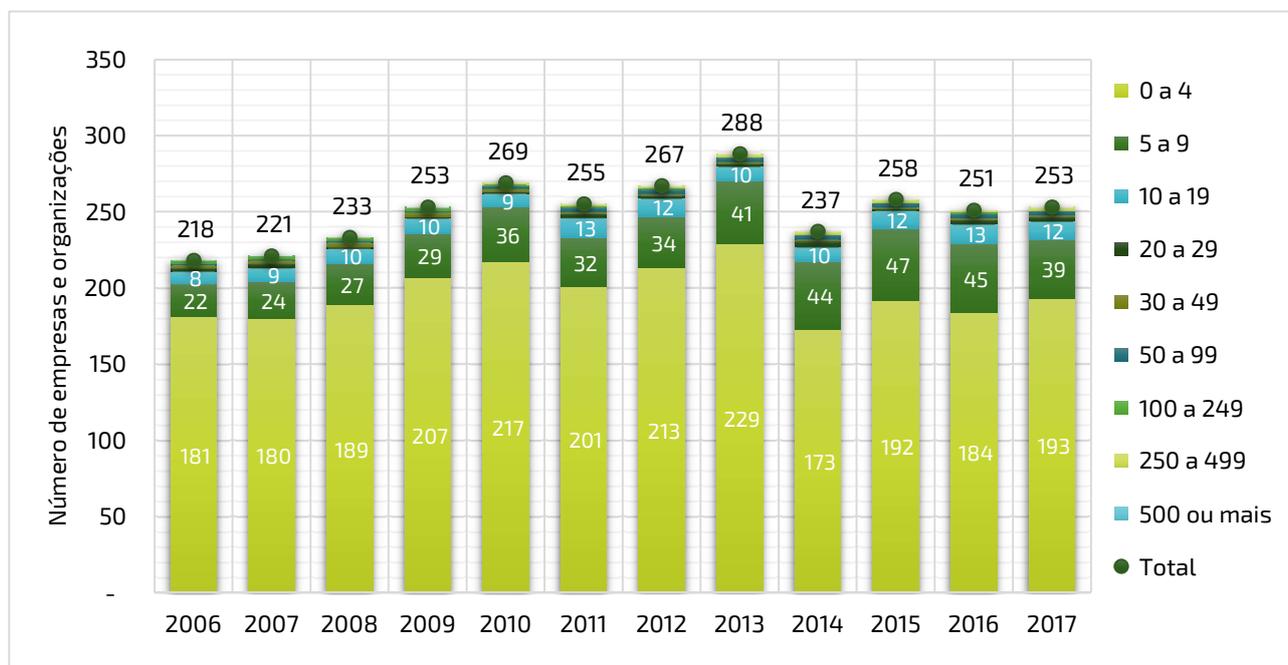
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em termos gerais, a atividade empresarial no município é composta principalmente por empresas e organizações que empregam de 0 a 4 empregados, que juntas representam 76,29% das empresas e organizações do município em 2017.

No período de 2006 a 2017, as empresas e organizações que empregavam de 0 a 4 empregados, representaram 78,60% do total de empresas e organizações cadastradas

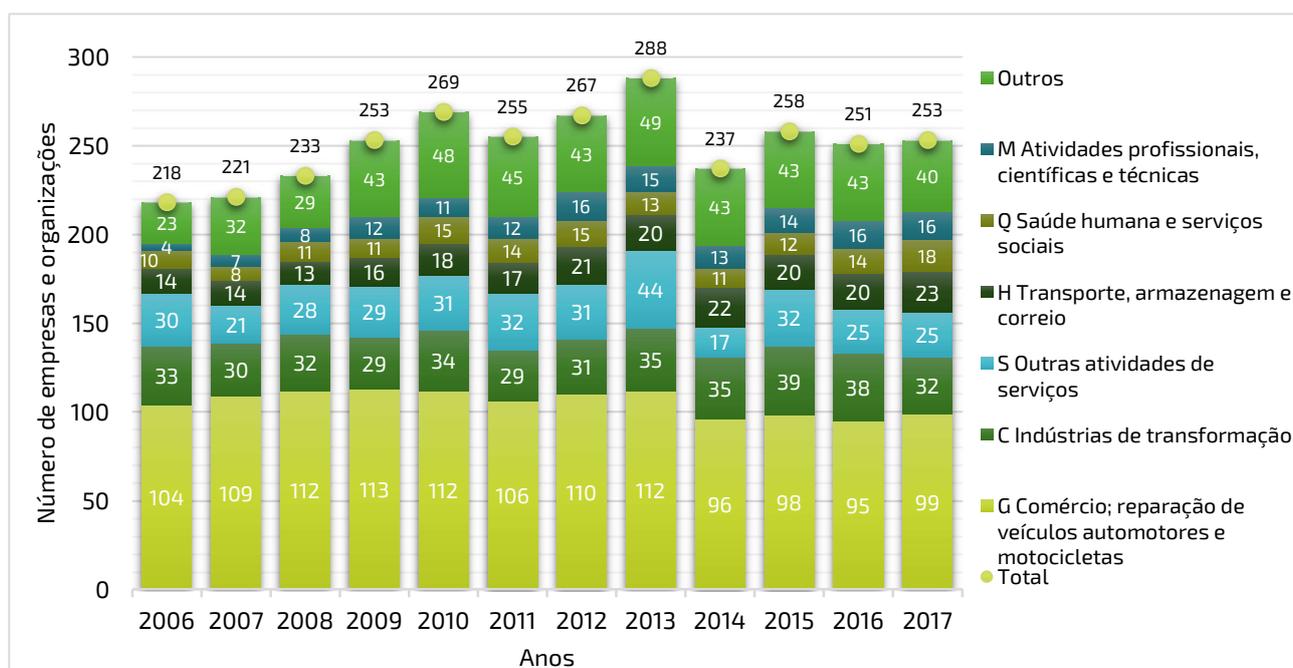
no município. Em 2017, somente 60 empresas e organizações empregavam mais de quatro funcionários, conforme é possível observar na Figura 4.

Figura 4. Composição das empresas e organizações, por faixa de pessoal ocupado: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 5. Composição das empresas e organizações, por setor de atividade econômica: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Apresenta-se na Figura 5 a evolução no número de empresas e organizações de todos os segmentos da economia municipal.

O segmento de comércio e oficinas mecânicas agrega o maior número de empresas e organizações (99, equivalente a 39% do total), mas entre 2006 e 2017 é possível observar uma redução neste setor.

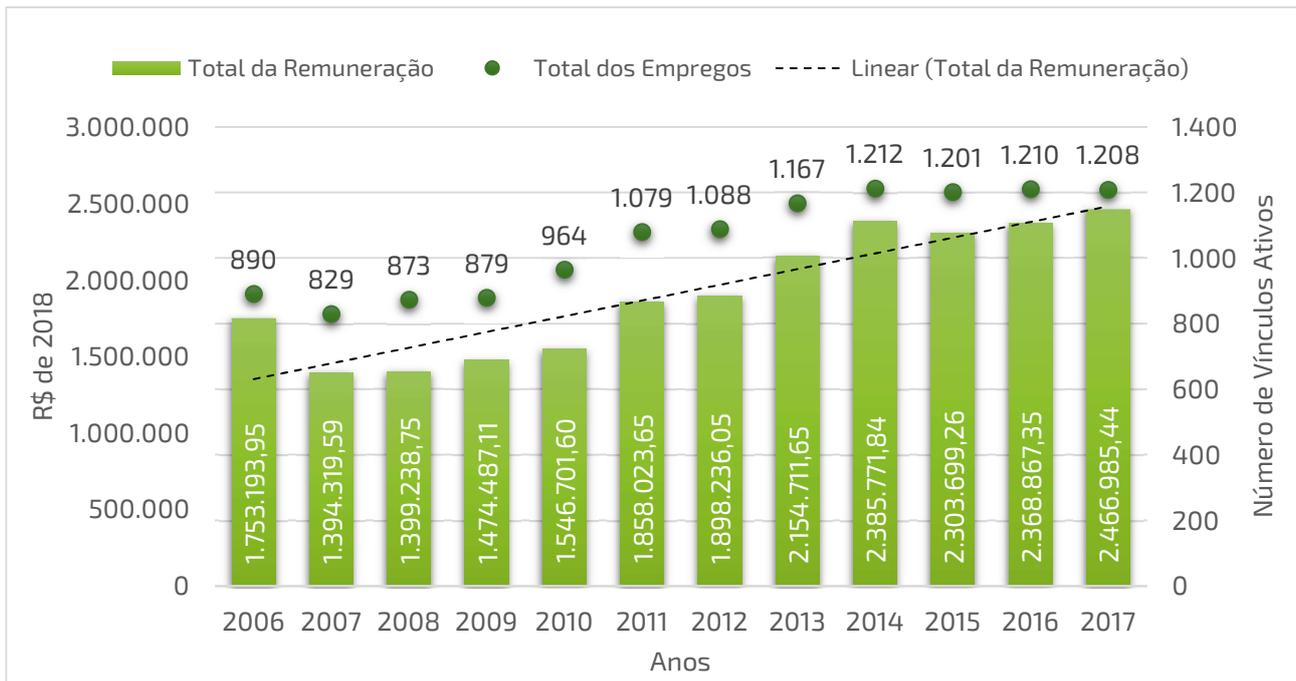
Por outro lado, observou-se crescimento de 64,29% no número de empresas e organizações no segmento de transporte e armazenagem. O segmento de atividades profissionais cresceu 300% de 2006 a 2017 passando de 4 empresas e organizações para 16.

Observa-se que ao longo do período de 2006 a 2017 houve uma expansão de 16,05% no número de empresas e organizações, sendo observado decréscimo em 2011 e 2014 para 255 e 237 empresas e organizações respectivamente, para voltar a crescer em 2015.

2.2.2. Análise da evolução do mercado formal de trabalho

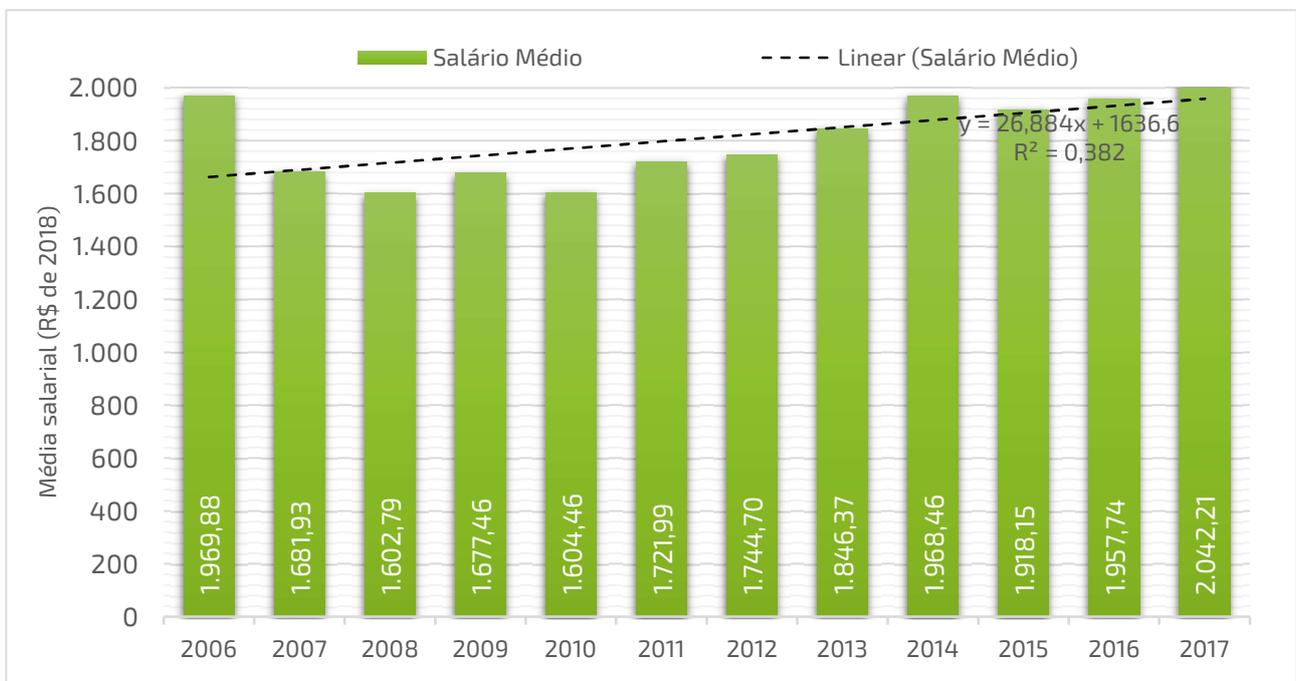
O nível de emprego na economia municipal foi analisado através das estatísticas de emprego e renda do Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). Esse programa objetiva divulgar informações coletadas dos Registros Administrativos: Relação Anual de Informações Sociais (Rais) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A partir da Figura 6, observa-se que o município tem elevado o número de empregos e da massa salarial, partindo de 890 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 1.753.193,95 milhão/mês em 2006 para 1.208 postos de trabalho com um total de remuneração de R\$ 2.466.985,44 milhão/mês em 2017.

Figura 6. Número de empregos formais e remuneração (em R\$ de 2018): 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Demonstra-se através da Figura 7 a remuneração média desses trabalhadores.

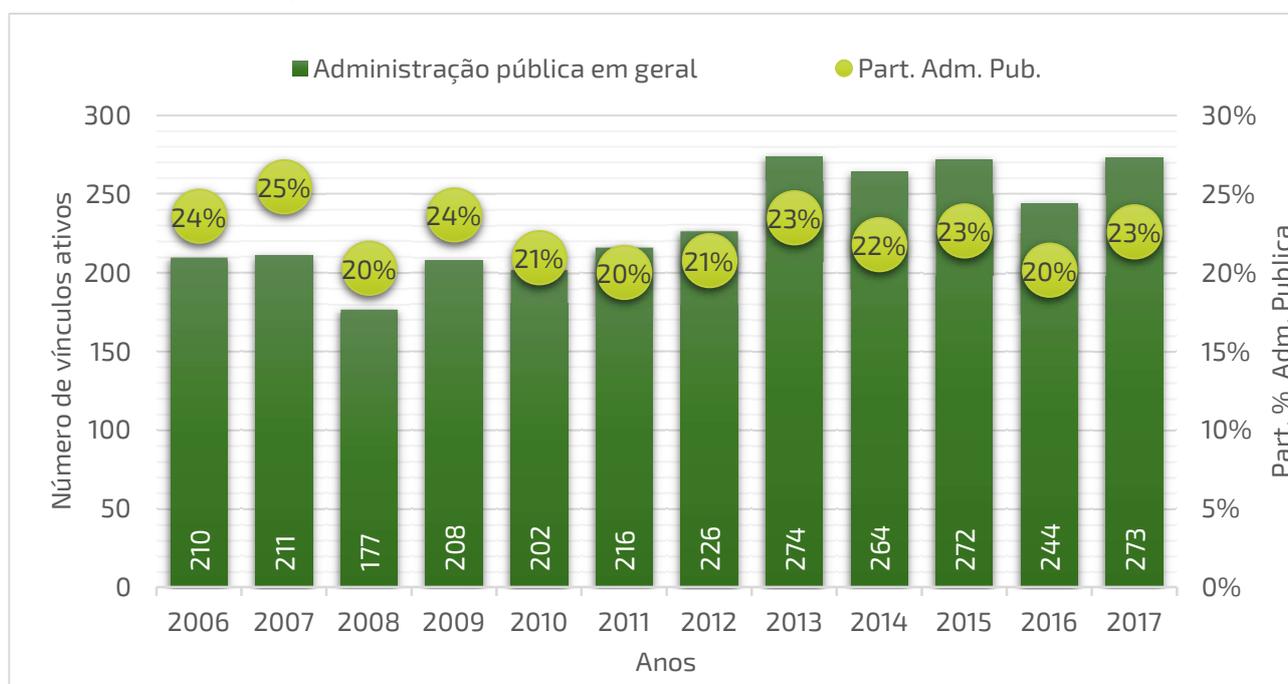
Figura 7. Remuneração média (em R\$ de 2018) e variação percentual no salário médio em: 2006 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Entre os anos de 2006 e 2010 o salário médio reduziu, em termos reais, R\$ 1.969,88 para R\$ 1.604,46. A partir de então, o salário médio aumentou em todos os anos e encerrou 2017 com aproximadamente R\$ 2.042,21. No entanto, apesar da elevação, ainda situa-se abaixo da média da região (R\$ 2.113,98) e do estado do Rio Grande do Sul (R\$ 2.902,37).

Na Figura 8 é possível identificar a participação do setor público no mercado formal de trabalho do município. Na média, cerca de 22% dos empregados do município estão diretamente vinculados ao setor público (atividades executivas e legislativas nas três esferas de governo; saúde pública, educação pública, segurança pública, administração pública).

Figura 8. Número de empregos da Administração Pública em Geral e participação percentual em relação ao total: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

Em termos absolutos, os empregos no setor público aumentaram 30% no período, iniciando em 2006 com 210 postos de trabalho para 273 postos em 2017.

Com o objetivo de melhor descrever a alocação da mão-de-obra formal do município, apresenta-se a Figura 9, onde é possível verificar a estratificação pelas diversas áreas de atividade econômica.

Entre os segmentos que mais geraram novos postos de trabalho ao longo de 2006 e 2007, destacam-se: criação de suínos (120 novos empregos); fabricação de laticínios (50 novos empregos); comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (29 novos empregos); atividades de atendimento hospitalar (24 novos empregos). Por outro lado, no mesmo período o setor de fabricação de móveis com predominância de madeira reduziu 74 postos de trabalho e a atividade de comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja perdeu 10 postos de trabalho.

Figura 9. Atividades econômicas com maior número de empregos formais: 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em RAIS (2019).

2.2.3. Análise da evolução da produção agropecuária

Na presente seção são apresentadas as principais variáveis relativas à produção agropecuária do município. O rural do município é constituído por pequenas propriedades, onde 88,52% dos estabelecimentos possuem área que varia de zero a um módulo fiscal (até 20 hectares) e concentram 67,54% da área. Observa-se ainda que 9,51% dos estabelecimentos possuem área que varia de 1 a 2 módulos fiscais (20 a 40 hectares) e ocupam 22,77% da área total dos estabelecimentos do município.

Os dados do Cadastro Ambiental Rural permitem identificar que cerca de 99,51% das propriedades rurais tem até 60 hectares e ocupam cerca de 96,56% da área dos imóveis rurais, conforme é possível observar na Tabela 3.

Tabela 3. Estrutura Fundiária do Município: 2019

Classe	Número de Propriedades	Área ocupada	% Imóveis	% Área
0-1	540	4.561,70	88,52	67,54
1-2	58	1.537,67	9,51	22,77
2-3	9	421,79	1,48	6,25
3-4	1	60,11	0,16	0,89
4-5	2	172,36	0,33	2,55
5-6	0	0	-	-
6-7	0	0	-	-
7-8	0	0	-	-
8-9	0	0	-	-
9-10	0	0	-	-
10-11	0	0	-	-
	610	6.753,63	100	100

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, o município destina cerca de 94 hectares para culturas perenes e 6.490 hectares de lavoura temporária.

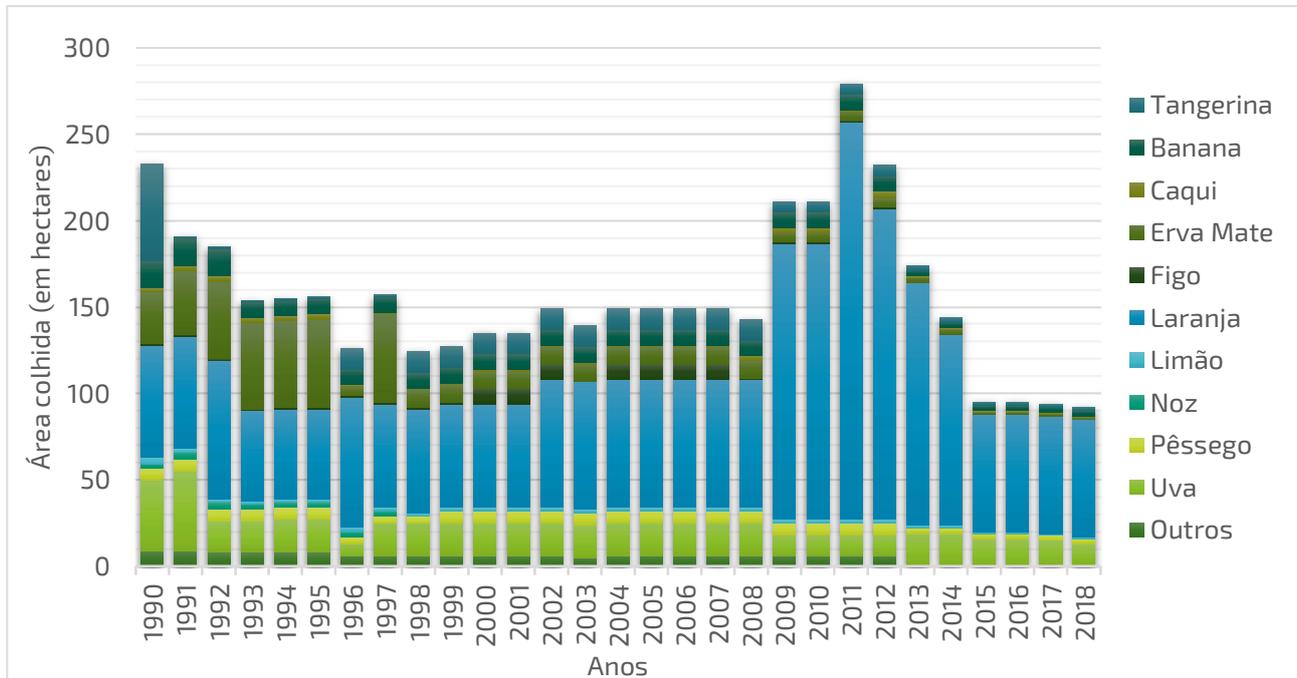
A pesquisa agrícola municipal, também conduzida pelo IBGE (2019), permite observar que a área colhida de lavoura permanente variou de 224 para 92 hectares no período 1990 – 2018. No mesmo período, as principais cultivares de lavoura temporária tiveram uma oscilação da área colhida de 31.359 para 6.230 hectares no período 1990 – 2018.

Nas lavouras perenes observa-se a concentração na cultura de citros, mais especificamente na cultura da laranja, com evolução de 65 para 230 hectares na área cultivada no período 1990 - 2011. A partir de 2012 a cultura iniciou uma trajetória de redução de área, chegando em 2018 com uma área de 68 hectares de laranja.

A segunda cultura perene, em área, é a uva, que ocupou em 2018 cerca de 13 hectares. Destaca-se que essa cultura teve uma redução de 68,29% entre 1990 e 2018. A cultura da erva-mate teve papel de destaque entre os anos de 1990 a 1997, alcançando 51 hectares em 1997.

A Figura 10 permite observar a evolução global do segmento de produção das culturas perenes no município.

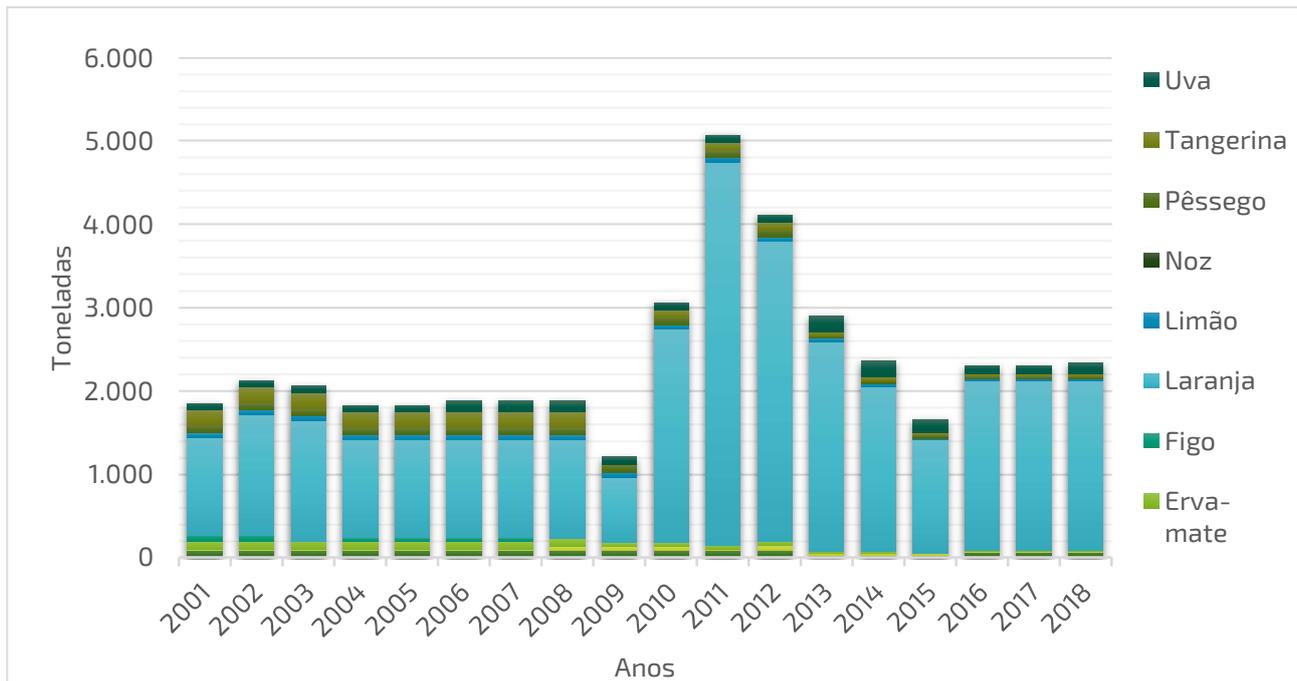
Figura 10. Área colhida de culturas de lavoura permanente: 1990 - 2018



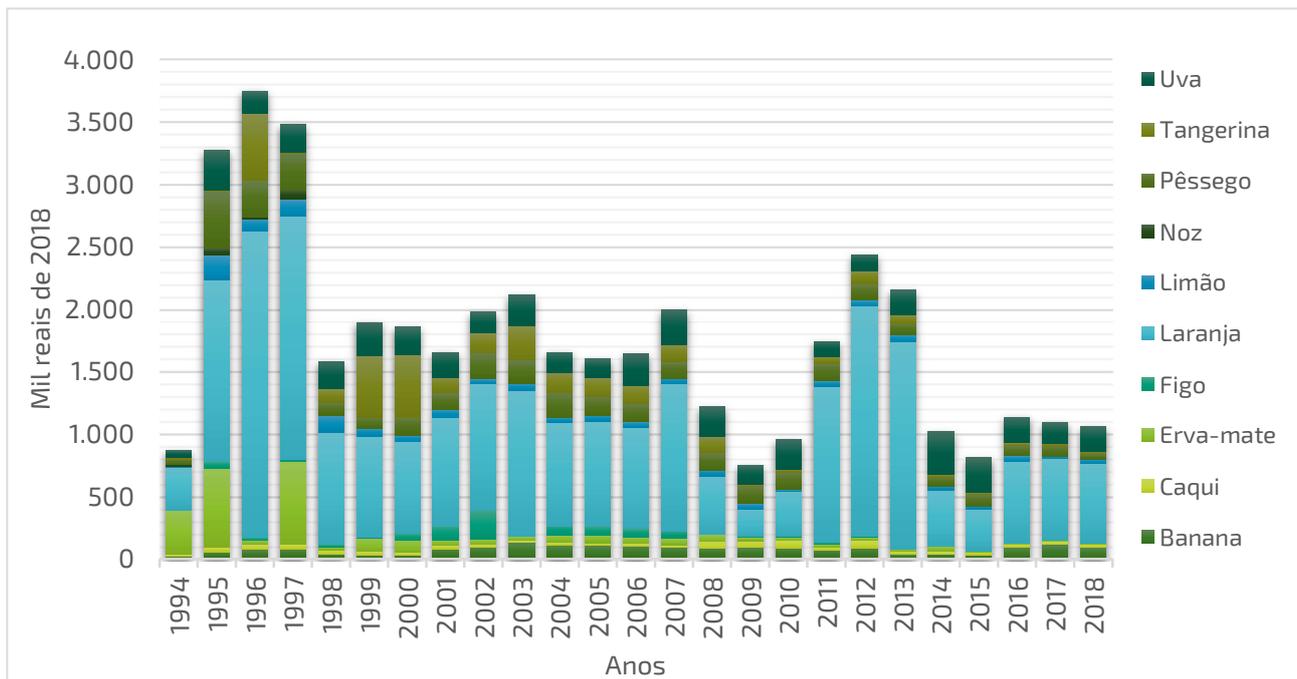
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Na Figura 11 apresenta-se a quantidade produzida de culturas de lavoura permanente no município. Neste sentido observa-se que a laranja, a uva, a tangerina e o limão são compõe a principal massa produtiva em se tratando de cultura perenes.

Por se tratar da cultura mais relevante no município, denota-se que a produção de laranja chegou a alcançar 4.600 toneladas em 2011, mas, em 2018 reduziu para cerca de 2.040 toneladas. Entretanto, a produtividade foi de aproximadamente 30 toneladas por hectare, 50% acima da produtividade verificada na cultura na região do Alto Uruguai (RS). A produção de uva foi de 130 toneladas, o que representa uma produtividade de 10 toneladas por hectare, frente a produtividade média do estado, que é de 20 toneladas por hectare. A Figura 11 também permite observar que após o ano de 2011, momento em que a produção da lavoura permanente chegou a 5,1 mil toneladas, houve uma redução.

Figura 11. Quantidade produzida de culturas de lavoura permanente em: 2001 – 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Figura 12. Valor da produção da lavoura permanente (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

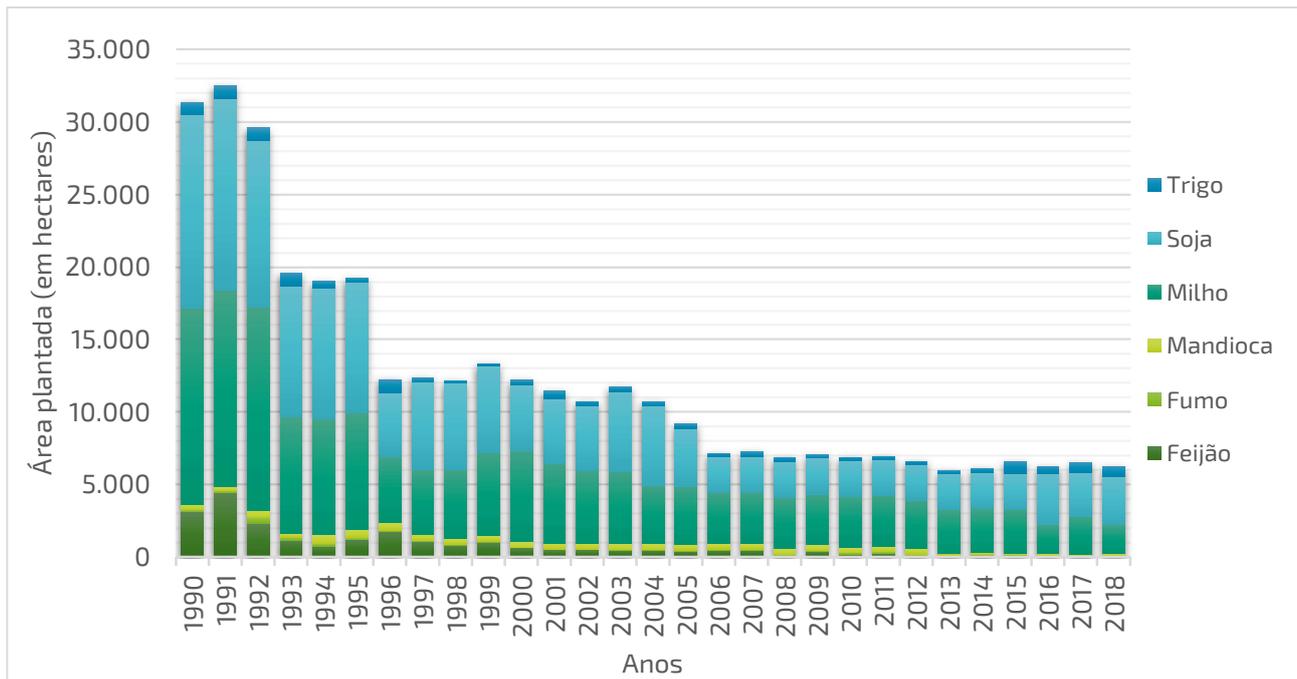
Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Pode-se observar na Figura 12 o comportamento do valor da Produção da Lavoura Permanente deflacionado pelo IGP-DI, data base de 2018. Neste sentido, destaca-se que o valor da produção, que já se aproximou dos R\$ 3,8 milhões em 1996, encerrou o ano de

2018 na casa dos R\$ 1,05 milhões. O valor da produção da laranja situou-se em R\$ 634 mil no último ano da série analisada, mas já foi de R\$ 2,45 milhões em 1996 (Figura 12).

Em relação à lavoura temporária, é possível verificar através da Figura 13 uma redução geral na área das culturas analisadas. Sendo que as culturas de feijão, milho e soja foram as que mais perderam área cultivada com redução de 97%, 85% e 75% respectivamente.

Figura 13. Área plantada de culturas de lavoura temporária: 1990 - 2018



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

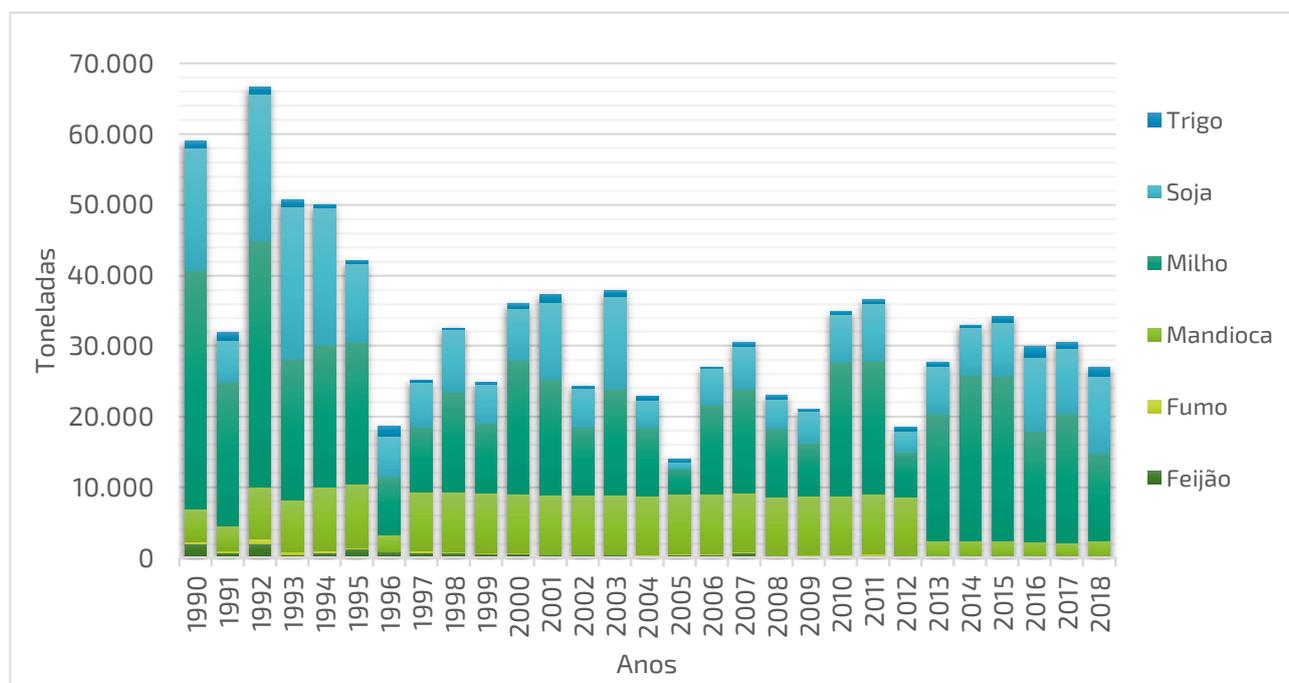
Mandioca, fumo e trigo, também tiveram suas áreas reduzidas em 74%, 71% e 22% respectivamente. Embora não sendo culturas com expressão de área no município, demonstram a tendência geral de redução de área cultivada.

Apresenta-se na Figura 14 a quantidade produzida de culturas de lavoura temporária. Nesta, é possível observar oscilações significativas no volume de produção das culturas em geral, com exceção da cultura do trigo, que teve um aumento da produção de 24,51% de 1990 para 2018. Na comparação entre os extremos, observa-se que as culturas que tiveram maior redução da quantidade produzida foram feijão, fumo e milho, com redução de 91%, 70% e 63% respectivamente.

Feijão, soja e milho, tiveram suas produtividades aumentadas de 1990 a 2018 218%, 154%

A produtividade do fumo apresentou significativas oscilações. Já a produtividade da mandioca apresentou estabilidade entre os anos de 1997 e 2018, com uma média de 21 toneladas por hectare.

Figura 14. Quantidade produzida de culturas de lavoura temporária em: 1990 - 2018

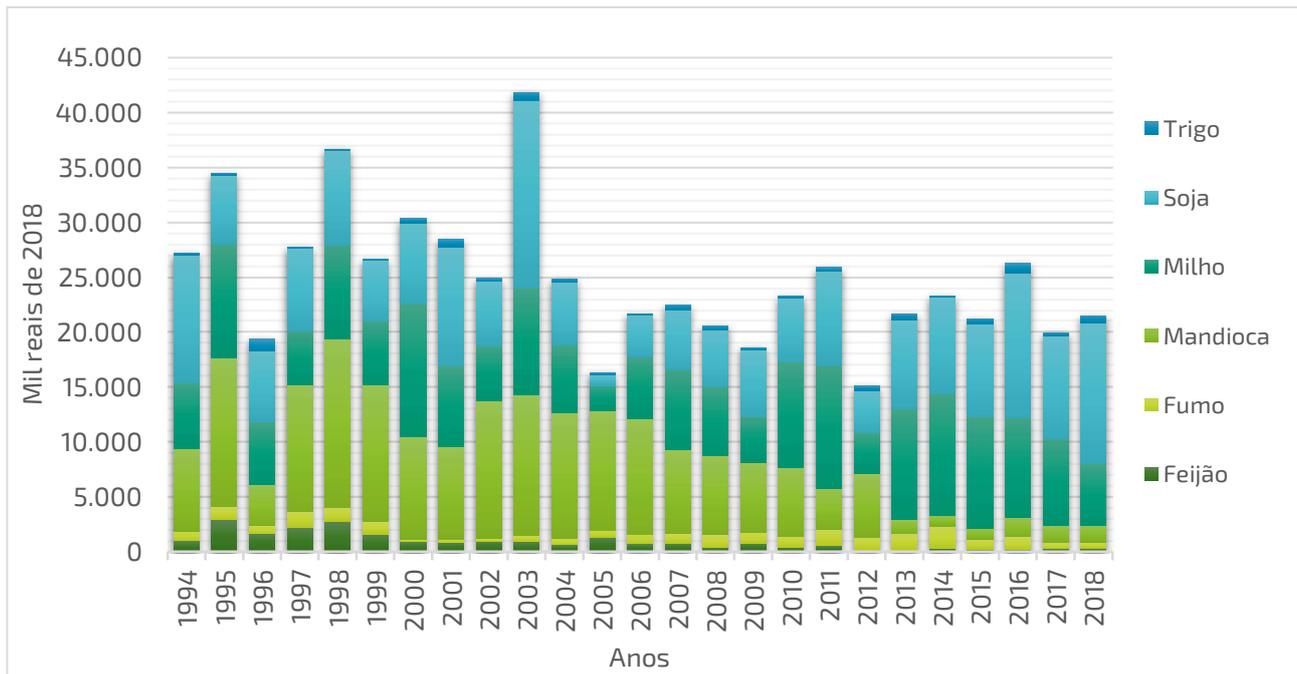


Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

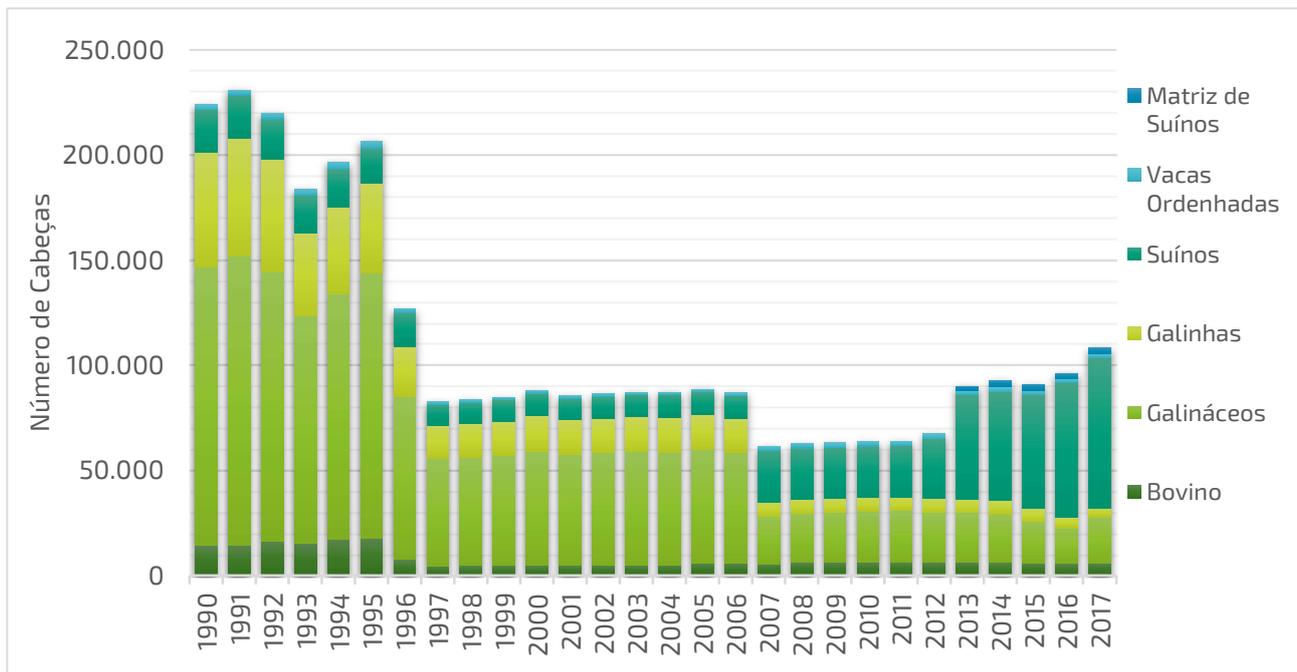
Em termos reais⁴⁴, é possível observar a partir da Figura 15 que o valor global da produção da lavoura temporária já alcançou cerca de R\$ 41,8 milhões em 2003 e no ano de 2018 reduziu para R\$ 21,49 milhões. Neste período, com exceção das culturas da soja e do trigo, todas as demais tiveram o valor da sua produção aviltados pela redução das áreas cultivadas.

Em 2018, a cultura da soja foi a que alcançou o maior valor comercializado, fechando o ano de 2018 em R\$ 12,86 milhões. A segunda cultura temporária em termos de valor da produção foi o milho, que fechou 2018 em R\$ 5,62 milhões. Em seguida, a mandioca (R\$ 1,58 milhões) e o trigo (R\$ 0,63 milhões) constituem o mosaico da renda da lavoura temporária no município.

⁴⁴ Valores deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna.

Figura 15. Valor da produção da lavoura temporária (Mil Reais de 2018): 1994 - 2018

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

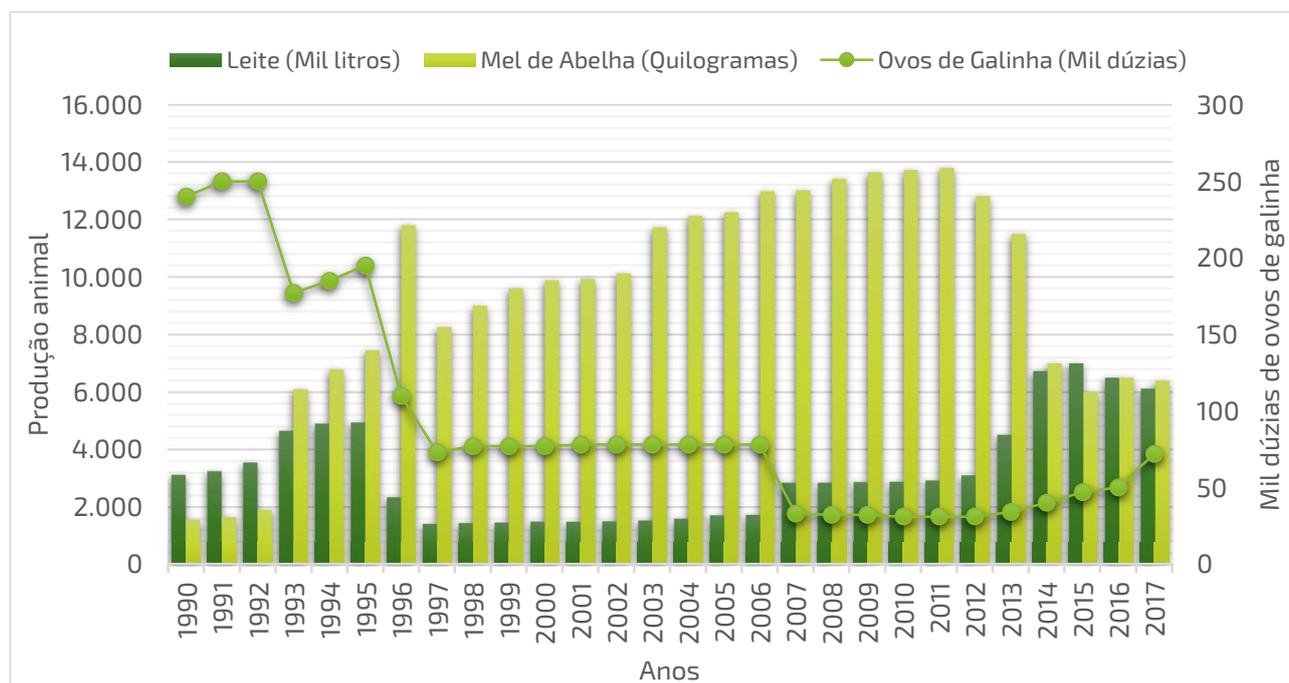
Figura 16. Número de cabeças dos principais rebanhos pecuários: 1990 - 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Outro importante componente da produção primária do município é a produção pecuária. Neste segmento, percebe-se na Figura 16 uma tendência de crescimento dos rebanhos de suínos entre 2007 e 2017.

Sob o aspecto de evolução do rebanho, a categoria galináceos⁵ apresentou um decréscimo de 83,33% ao longo do período de 1990 a 2017, passando de 132,566 mil cabeças para 22,1 mil. Já na categoria galinhas⁶, ocorreu uma redução de 92,44%, passando de 54,24 mil animais no ano de 1990 para 4,1 mil em 2017. O rebanho bovino apresentou um decréscimo de 59,88% no período analisado, passando de 14,3 mil para 5,737 mil cabeças, respectivamente.

Figura 17. Produção animal: 1990 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

A partir da Figura 17 é possível observar que em 1990 a produção leiteira comercial no município iniciou uma expansão, alcançando 4,942 milhões de litros de leite em 1995, com uma produtividade de 4,67 litros/vaca/dia ordenhada. De 1997 a 2006 a produção se manteve estabilizada, iniciando uma trajetória de expansão a partir de 2007, chegando em 2017 a produção foi de 6,12 milhões, com produtividade de 11,66 litros/vaca/dia

⁵ Segundo o IBGE, a categoria "galináceos" engloba o total de aves da espécie Gallus gallus (galos, galinhas, frangas, frangos, pintos e pintainhas).

⁶ Segundo o IBGE, a categoria "galinhas" engloba as aves fêmeas da espécie Gallus gallus destinadas à produção de ovos, independentemente do destino da produção (consumo, industrialização ou incubação), incluindo poedeiras e matrizeiras.

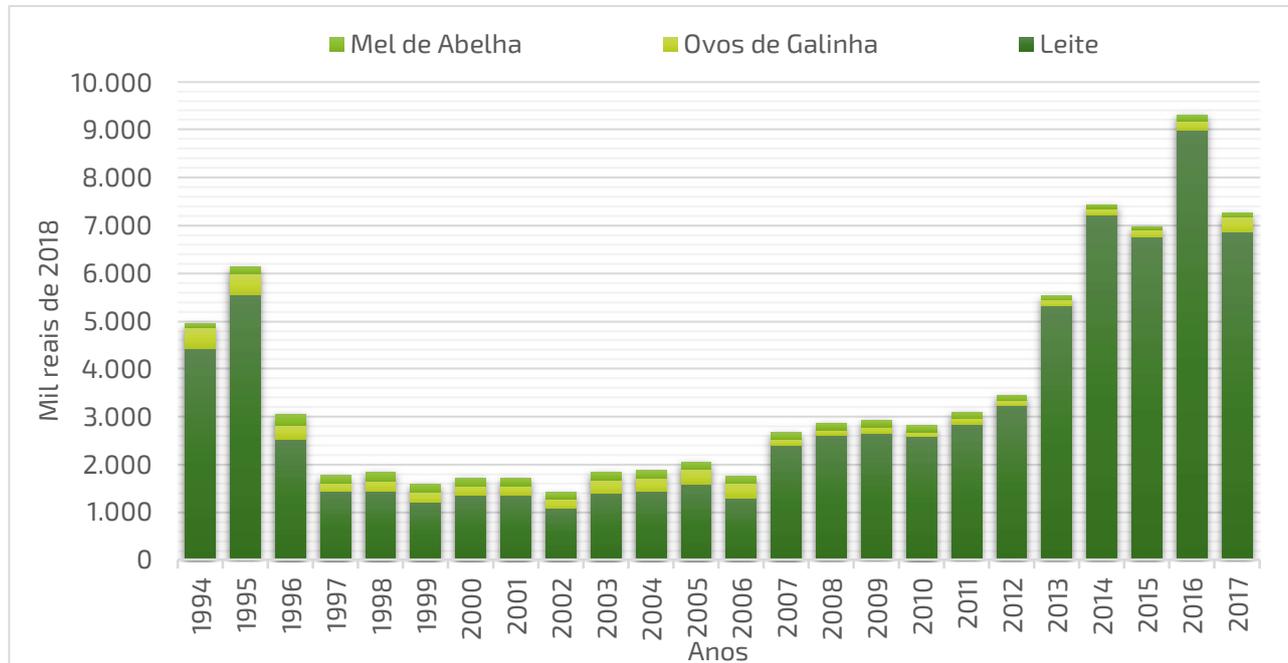
ordenhada. Apesar desta variação de 149,68% na produtividade, o segmento fica abaixo da média do estado, que é de 12,6 litros/vaca/dia⁷.

A produção de mel no município foi incrementada a partir de 1993, quando alcançou um volume de 6,1 mil quilos frente aos 1,9 mil quilos de 1992. Essa produção experimentou aumentos significativos até 2011, quando alcançou uma produção de 13,79 mil quilos. A partir desse ano a produção iniciou uma trajetória de queda, chegando a 2017 com uma produção de 6,4 mil quilos.

A produção de ovos também tem diminuído, passando de 240mil dúzias em 1990 para 72 mil em 2017.

Apesar da baixa produtividade do rebanho leiteiro, esta ainda é a atividade de maior impacto no valor da produção animal, apresenta uma trajetória de crescimento a partir de 2007, quando o valor da produção sai de R\$ 2,40 milhões para chegar em 2017 no patamar de R\$ 6,864 milhões.

Figura 18. Valor da produção animal (Mil Reais de 2018): 1994 - 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

⁷<http://www.emater.tche.br/site/area-tecnica/sistema-de-producao-animal/bovinos-de-leite.php#.Xc2lC69v-M8>

Por sua vez, o valor da produção de ovos reduziu de R\$ 291 mil para R\$ 186 mil entre 2006 e 2016, voltando a crescer em 2017, quando atingiu o patamar de R\$ 307 mil. Já, o valor real da produção de mel passou de R\$ 90,4 mil em 1994 para R\$ 166 mil em 2003, a partir do qual inicia uma trajetória de queda, chegando em 2017 com R\$ 85 mil, conforme é possível verificar na Figura 18.

Apesar da tendência produtiva de baixa para muitos produtos agropecuários, o valor da produção evoluiu de R\$ 4,95 milhões para R\$ 7,26 milhões entre 1994 e 2017.

2.3. Apresentação e análise de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento

Para analisar as questões relacionadas ao bem-estar social no município, foi selecionado um conjunto de variáveis que permitem observar as mais recentes estatísticas relacionadas a educação, saúde, segurança e indicadores agregados de desenvolvimento.

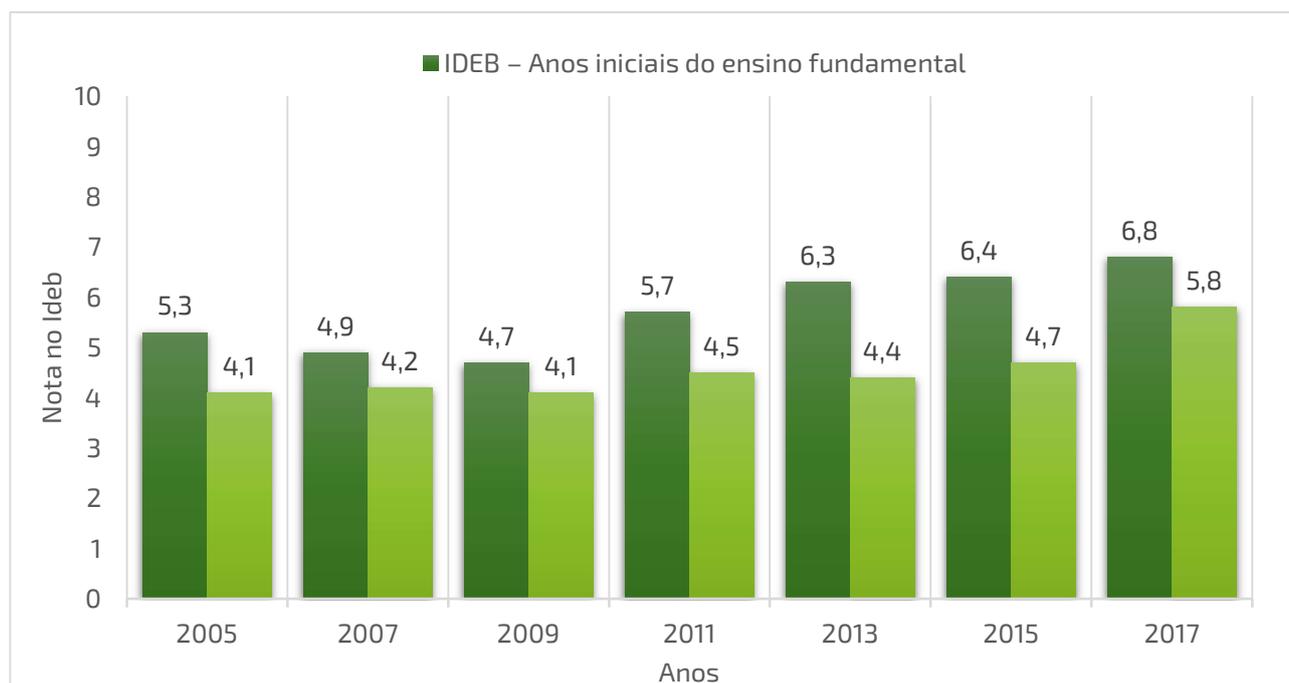
2.3.1. Análise da evolução nos níveis de qualidade da educação

De acordo com os dados do IBGE (2019), a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] foi de 99,3 %, representando um bom número, quando comparado com outros municípios do Brasil. Este índice está associado ao número de matrículas no ensino do município, que em 2018 foi de 719 matrículas no ensino fundamental e 212 no ensino médio.

Em 2018, cerca de 59 docentes estiveram em atividade no ensino fundamental e 22 no ensino médio. De acordo com dados do IBGE, o município em questão conta com 6 escolas no ensino fundamental e 1 escola no ensino médio.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁸ tem evoluído no município, conforme é possível observar na Figura 19.

⁸ Este índice varia numa escala de 0 a 10, onde, de acordo com a meta do MEC, o Brasil precisa alcançar até 2021 a média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental. O indicador é divulgado a cada dois anos e é

Figura 19. IDEB das escolas do município de Rodeio Bonito/RS: 2005 a 2017

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Neste sentido, pode-se perceber a educação dos anos iniciais evoluiu significativamente até 2015, momento em que atingiu a nota 6,4, subindo para 6,8 em 2017.

Em relação aos anos finais da educação, nos anos de 2015 e 2017, foram encontrados os índices mais altos (4,7 e 5,8 respectivamente), mas em 2005 e 2009 o desempenho dos alunos do município foi inferior, com nota equivalente a 4,1 respectivamente.

2.3.2. Análise da evolução nos níveis de natalidade e mortalidade infantil

De acordo com estatísticas do IBGE (2019), o município apresenta uma clara tendência de redução no número de nascimentos de crianças, partindo de 59 nascidos vivos em 2006 para 93 em 2017.

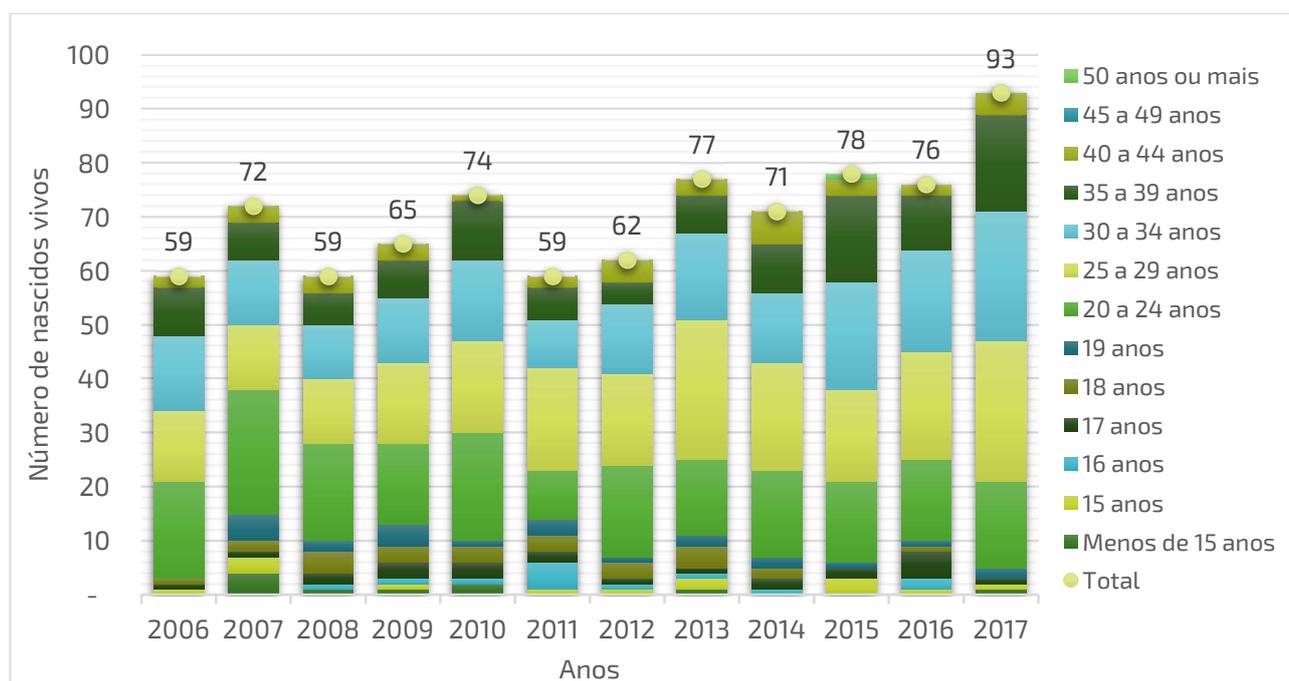
A taxa de mortalidade infantil é um dos principais indicadores de qualidade na saúde de um determinado município, estado ou país. Neste contexto, destaca-se que em 2017 não houve registros de mortalidade infantil e a “A taxa de mortalidade infantil média na cidade

calculado com base nos dados do Censo Escolar (com informações enviadas pelas escolas e redes), e médias de desempenho nas avaliações do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), como a Prova Brasil.

é de 26.32 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 4.2 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 1 de 497 e 54 de 497, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 1 de 5570 e 828 de 5570, respectivamente" (IBGE, 2019).

Destaca-se que as mães com idades entre 20 a 24 anos, 25 a 29 anos e as de 30 a 34 anos são responsáveis pelo maior número de partos (Figura 20).

Figura 20. Nascidos vivos, por grupos de idade da mãe na ocasião do parto, em Rodeio Bonito/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Em 2017 foram registrados 3 partos em mães com menos de 18 anos (3,23% do total de partos), entre as quais, uma com menos de 15 anos. Por outro lado, neste mesmo ano foram registrados 4 partos de mães com mais de quarenta anos.

2.3.3. Análise da evolução nos níveis de segurança e mortes violentas

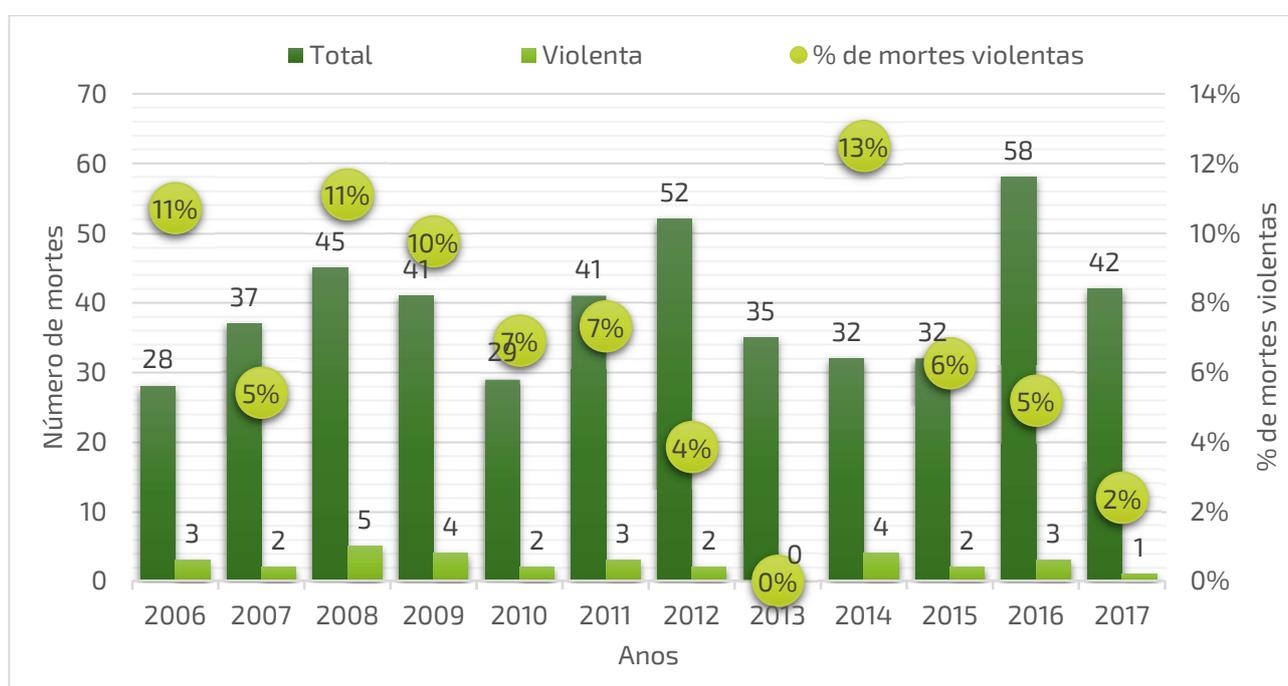
Um bom indicador de segurança é o número de ocorrência de óbitos violentos, decorrentes de homicídios, suicídios e acidentes de trânsito. Neste contexto, o número

de mortes violentas variou de 11% para 2% entre 2006 e 2017 e que em 2014 chegou a alcançar 13%.

Em termos absolutos, o menor número de mortes ocorridas no município se deu em 2006 com 28 mortes, e em termos relativo, 2014 foi o que ocorreu maior percentual de morte violenta (4 mortes violentas de 32 mortes).

Em termos gerais, no período analisado foram registrados um total de 472 óbitos, dos quais 31 ocorreram de forma violenta (6,57%), conforme pode ser observado na Figura 21.

Figura 21. Óbitos, por natureza, em Rodeio Bonito/RS: 2006 a 2017



Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2019).

Quando se considera que cada pessoa é única e desenvolve um conjunto de relações afetivas, mesmo que 2% (mínimo observado em 2017) fosse considerado pouco, já seria o bastante para fortalecer as estratégias e políticas voltadas a segurança pública.

2.3.4. Análise da evolução nos níveis de desenvolvimento municipal

Os níveis de desenvolvimento do município foram mensurados a partir do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM).

“O IFDM é um indicador composto que aborda, com igual ponderação, três áreas consagradas do desenvolvimento humano: Emprego & Renda, Educação e Saúde. Assim, o IFDM de um município consolida em um único número o nível de desenvolvimento socioeconômico local, através da média simples dos resultados obtidos em cada uma dessas três vertentes” (FIRJAN, 2019).

A metodologia deste índice considera o desempenho de três eixos principais, compostos por variáveis representativas de emprego e renda, educação e saúde, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1. Resumo dos Componentes do IFDM

Emprego & Renda	Educação	Saúde
<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos formais • Taxa de formalização do mercado de trabalho • Geração de renda • Massa salarial real no mercado de trabalho formal • Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal 	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento à educação infantil • Abandono no ensino fundamental • Distorção idade-série no ensino fundamental • Docentes com ensino superior no ensino fundamental • Média de horas aula diárias no ensino fundamental • Resultado do IDEB no ensino fundamental 	<ul style="list-style-type: none"> • Proporção de atendimento adequado de pré-natal • Óbitos por causas mal definidas • Óbitos infantis por causas evitáveis • Internação sensível à atenção básica (ISAB)
Fonte: Ministério do Trabalho	Fonte: Ministério da Educação	Fonte: Ministério da Saúde

Fonte: Extraído de FIRJAN (2019).

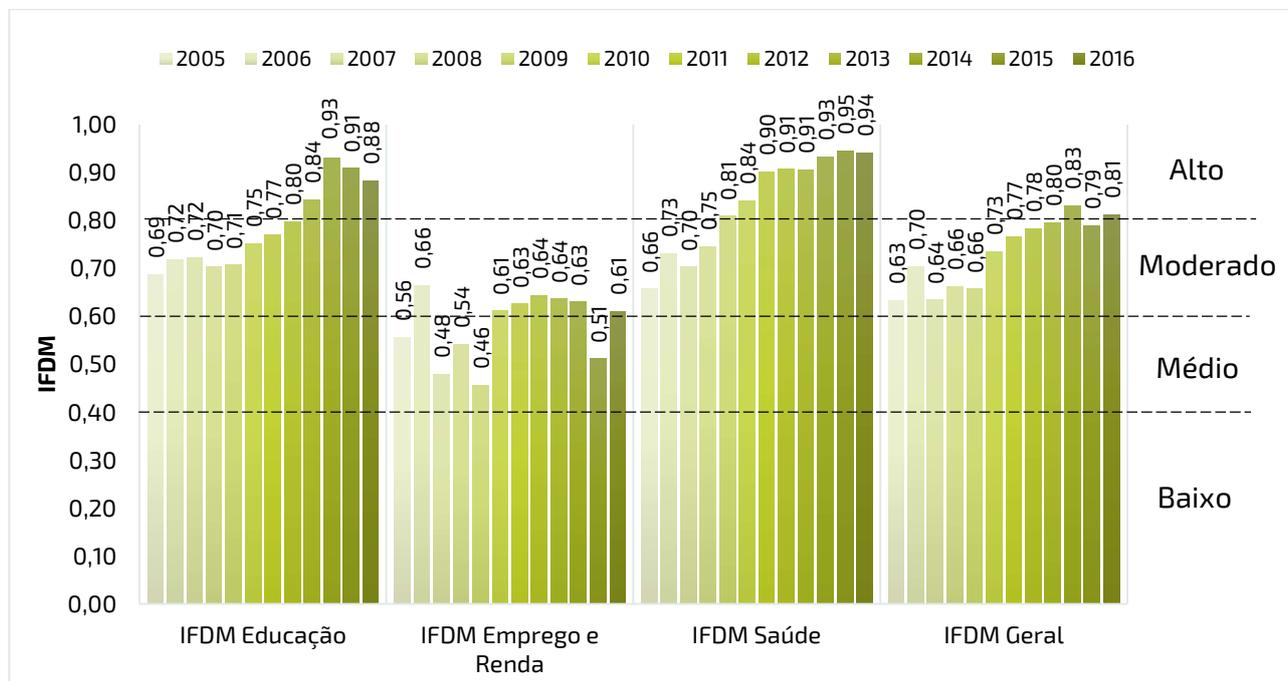
Os estágios de desenvolvimento são atribuídos conforme o patamar alcançado no IFDM. Neste sentido:

- Municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 são considerados com baixo estágio de desenvolvimento;
- Municípios com IFDM entre 0,4 e 0,6 apresentam desenvolvimento regular;
- Municípios com IFDM entre 0,6 e 0,8 apresentam desenvolvimento moderado
- Municípios com IFDM entre 0,8 e 1,0 apresentam alto estágio de desenvolvimento.

Neste sentido, de acordo com Figura 22, as áreas de saúde e de educação foram as que obtiveram os índices mais elevados no período de 2005 a 2016. Por outro lado, a área relativa o emprego e renda obteve o menor índice no período estudado, o que reflete as

condições de dificuldades econômicas e, principalmente, o baixo nível de diversificação da economia local.

Figura 22. Índice Firjan de desenvolvimento municipal: 2005 - 2016



Fonte: FIRJAN (2019).

Observa-se que o município teve oscilações do emprego e renda no ano de 2005 para 2010, estabilizando no período de 2010 a 2014, voltando a oscilar a partir desse período. Em termos gerais, o desenvolvimento municipal é considerado moderado com um índice médio de 0,7337.

Por fim, em um contexto como o observado, em que o emprego é restrito e existem muitas áreas da socioeconomia que precisam crescer e se desenvolver, destaca-se a importância das ações de políticas públicas e privadas, ambas com foco em empreendedorismo, inovação e associativismo.

2.4. Meio ambiente e desenvolvimento

As condições ambientais estão entre as variáveis que geram impacto direto na qualidade de vida da população. Para analisar esta dimensão, observaram-se questões relacionadas ao urbano e ao rural.

Em relação ao meio ambiente urbano, destaca-se que Rodeio Bonito possui "25,2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 90,3% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 24,2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 369 de 497, 174 de 497 e 200 de 497, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 3.341 de 5.570, 1.471 de 5.570 e 1.564 de 5.570, respectivamente." (IBGE, 2019).

Em relação ao ambiente rural, é possível observar que o município possui 8.319,80 hectares e a área declarada no Cadastro Ambiental Rural foi de 6.753,62 hectares. Destes, 9,35% foi declarado como Área de Proteção Permanente (APP), 7,57% como Reserva Legal e 83,78% como Área Consolidada, conforme é possível observar na Tabela 4.

Tabela 4. Perfil Ambiental do Município: 2019

Elemento ambiental	Valor de Referência	%
Área total do município (ha):	8.319,80	
Número de imóveis rurais	610	
Área total dos imóveis rurais	6.753,62	81,18
Área média:	11,07	
Área mínima/máxima:	0,15 / 91,03	
APP	631,18	9,35
APP - Recomposição	12,10	0,18
Reserva Legal	511,05	7,57
Vegetação Nativa	924,96	13,7
Servidão Administrativa	77,73	1,15
Área Consolidada	5.658,32	83,78
Banhados	0,09	0
Número de Nascentes	5	0
Uso Restrito	0,21	0
Hidrografia	429,94	6,37
Topo de Morro	1	0,01
Áreas: Não Declarada - Outras	1.566,18	18,82

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

Os dados permitem observar que dos 610 imóveis rurais, 59% declarou ter APP, apenas em 1 propriedade rural foi declarado banhado, 4 propriedades declararam nascentes de olho d'água.

Tabela 5. Perfil ambiental das propriedades rurais do Município: 2019

Elemento Ambiental (E.A):	Nº IR com EA¹	Área Declarada (ha)	Nº IR sem EA²	% IR com EA³	% IR sem EA⁴
APP	361	643	249	59	41
Área Consolidada	573	5.658	37	94	6
Banhado	1	0	609	0	100
Hidrografia	374	413	236	61	39
Nascente olho d'água	4	-	606	1	99
Reserva Legal	272	511	338	45	55
Servidão Administrativa	375	78	235	61	39
Uso Restrito	1	0	609	0	100
Vegetação Nativa	501	925	109	82	18
Área topo de morro	0	-			
Dados Gerais dos Imóveis Cadastrados no CAR - RODEIO BONITO					
Número Total de I.R.:	610	6.753,62			
Área Total do Município:		8.319,80			
% Área declarada/Área Município:		81,18			

¹ Número de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

² Número de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental;

³ Percentual de Imóveis Rurais com Elemento Ambiental;

⁴ Percentual de Imóveis Rurais sem Elemento Ambiental.

Fonte: CR Campeiro 7 (UFSM, 2019).

3. AÇÕES POTENCIAIS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O presente estudo se constitui como subsídio para pensar em alternativas de desenvolvimento. Neste contexto, conhecer a realidade passa a ser importante para prospectar alternativas de desenvolvimento. Neste contexto deve-se destacar algumas lições deixadas por Barquero (2002):

1. **Não há desenvolvimento sem** formação de **excedentes**.
2. Pensar o **desenvolvimento implica** pensar a dinâmica de **produção e produtividade** na região.
3. O **perfil** e a estrutura do **sistema produtivo local** e sua **aderência** ao **mercado regional, nacional e global** são aspectos **importantes** para o desenvolvimento.
4. A **utilização e valorização** de **recursos locais** e a capacidade de controle do processo de acumulação são elementos importantes.
5. Os **atores locais podem liderar** o processo de **mudança estrutural**.
6. **Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação** são importantes, assim como a **cultura empreendedora**, as **instituições**, as **redes**, a **ação cooperada** e o **crédito**.

A atividade produtiva derivada de grandes investimentos é ótima e deve ser estimulada, mas como depende de agentes externos, nem sempre se consolida em pequenos municípios com economia de base primária. Em função disso, fortalecer as cadeias produtivas presentes e, em especial, as relações entre os produtores e os canais de comercialização podem ajudar para ampliar a base exportadora regional.

Ampliar a especialização produtiva de setores específicos, favorecer a inovação, ampliar a produtividade e a competitividade para alcançar mercados regionais, nacionais e internacionais deve ser o foco.

Neste processo, fazer o básico bem feito pode ser um grande avanço e isto significa: a) capacitar as pessoas a fazer uma gestão mais profissionalizada de seus empreendimentos, seja no urbano ou no rural; b) cooperar mais; c) inovar mais; d)

empreender mais; e) sair da inércia, e f) assumir que cada cidadão e cidadã tem o compromisso de deixar para seus filhos e netos um município melhor do que recebeu de seus pais e avós.

Por fim, destaca-se a importância do papel das instituições, políticas e estratégias de desenvolvimento, do capital social, do capital humano, das ações de inovação e difusão de conhecimento, da organização da produção e das condições de infraestrutura no processo de mudança e aperfeiçoamento exigido no atual cenário econômico estadual, brasileiro e internacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os municípios apresentam potencial para o desenvolvimento, para tanto, necessitam de ações de organização social e empreendedorismo, com programas de qualificação voltados para as ações de prospecção de negócios e para os movimentos sociais que venham a ser deflagrados e para a preparação das gerações futuras.

Existe uma força social que deve ser estimulada e, neste processo, sempre que as entidades sociais se unem para identificar alternativas e planejar o desenvolvimento, novas oportunidades podem ser encontradas.

Dentre as estratégias de superação, as forças sociais, devem ter como norte, a busca constante de parcerias, seja no mundo empresarial, político e educacional, promovendo uma sinergia tal que conduza o município para apenas um rumo, o do desenvolvimento.

Neste contexto, passamos a elencar algumas ações que podem ser objeto de análise por parte das organizações públicas e privadas:

Ações amplas e de caráter estratégico: METANÍVEL

- a. Definir estratégias claras. Quais são os objetivos de longo prazo para a região? Esta questão deve ser discutida, sobretudo para nortear prioridades de investimentos e ações de políticas públicas e privadas em curto, médio e longo prazos;
- b. Dialogar com os gestores públicos. Como a parceria entre o público e o privado pode melhorar o ambiente de negócios e estimular novos investimentos?
- c. Fomentar a cultura da reflexão. Promover a democratização dos diversos conselhos municipais, audiências públicas e espaços de discussão para torná-los verdadeiramente em ambientes aptos a discutir estratégias de desenvolvimento.
- d. Priorizar o empreendedorismo e a inovação. Estruturar um ecossistema caracterizado pela inovação e pelo empreendedorismo, juntamente com instituições capazes de contribuir efetivamente com este processo.

Políticas que podem ajudar as empresas a se tornarem competitivas, no médio e longo prazo: MESONÍVEL

- a. Incluir no ensino das séries iniciais, e nos demais, princípios de gestão, empreendedorismo, criatividade, inovação e cooperativismo;
- b. Promover ações (palestras, cursos, atividades culturais e outros) que chamem a atenção para a necessidade das mudanças de comportamentos, em relação ao empreendedorismo e inovação;
- c. Sensibilizar as pessoas sobre a importância da eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão de negócios e ofertar capacitações na área;
- d. Capital social: promover ações capazes de amenizar comportamentos individualistas. Ações relacionadas a cultura tendem a ajudar neste contexto;
- e. Organizar pequenos empreendimentos na forma de associações, para constituir escala a alcançar mercados maiores;
- f. Estruturar cadeias produtivas a partir de agroindústrias de processamento já existentes.

Ações específicas de Administrações Públicas: MACRONÍVEL

- a. As políticas públicas precisam ter continuidade, resistir às alternâncias de membros do executivo, agir de forma integrada para ajudar a região aumentar o seu grau de atratividade de negócios;
- b. Criar programas de incentivos fiscais com o objetivo de promover melhorias na imagem das cidades. Incentivos fiscais para quebrar a inércia, principalmente com o objetivo de estimular pinturas e reformas em áreas comerciais;
- c. Incentivar o empresário do município também. Em alguns casos, são ofertadas grandes montas apenas para empresas entrantes.
- d. Garantir a qualidade das estradas vicinais, principalmente utilizadas nas rotas de leite e produção de proteína animal;
- e. Desburocratizar e excluir normas excessivas que dificultam a formalização de novos empreendimentos;
- f. Viabilizar políticas claras de promoção comercial de produtos da região;

- g. Nos casos onde não existe, implementar o Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e, quando necessário, o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF).

Ações específicas para a Gestão Empresarial: MICRONÍVEL

- a. Implementar programas de qualidade e produtividade;
- b. Gerir os negócios de forma profissional;
- c. Qualificar recursos humanos, em nível estratégico, tático e operacional;

Ações positivas que já está em curso, sejam por instituições do Sistema S ou por universidades, institutos federais e escolas merecem ser fortalecidas e apoiadas, pois desenvolvimento não se constitui enquanto produto, mas sim como um processo de transformação socioeconômica.

Por fim, destaca-se a importância de reconhecer que o desenvolvimento também passa pela qualificação da geração atual, assim como das futuras gerações, através de programas como o Líder Jovem, entre outros, que tem o propósito de formar cidadãos e cidadãs comprometidas em deixar para seus filhos e netos um município e região melhor do que recebeu de seus pais e avós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de Economia e Estatística, 2002.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)**. 2019. Disponível em <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acesso em nov/2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. 2019. Acesso em out/2019.

MANKIWI, N. Gregory. **Macroeconomia**. Tradução Ana Beatriz Rodrigues. – 8. ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MINISTÉRIO DO TRABALHO. PDET Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho

PESSOA, M. L. (Org.). **PIB e VAB do RS**. In: _____. Atlas FEE. Porto Alegre: FEE, 2017. Disponível em: < <http://atlas.fee.tche.br/rio-grande-do-sul/economia/pib-vab-do-rs/> >. Acesso em: nov/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RODEIO BONITO (RS). **Histórico**. Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-rodeio-bonito.html> .Acesso em: nov/2019.

UFSM, UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto de Desenvolvimento de Inovações Tecnológicas em Sistemas de Informações e Ações Articuladas de Difusão do Sistema CR Campeiro nas Áreas de Gestão Municipal e Rural**. 2019.